

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial



PARA ALÉM DA GESTÃO PATRIMONIAL: UMA NOVA RELAÇÃO DA ARQUEOLOGIA COM O TERRITÓRIO

Luís Oosterbeek¹, Anabela Pereira², Davide Delfino³, Elaine Ignácio⁴, Henrique Mourão⁵, Maria Nicoli⁶, Marian Helen Rodrigues⁷, Nelson Almeida⁸, Pierluigi Rosina⁹, Rita Anastácio¹⁰, Pedro Cura¹¹, Sara Cura¹², Sara Garcês¹³

RESUMO

O modelo sobre o qual a arqueologia cresceu, em Portugal e em alguns outros países, nas últimas duas décadas, foi alimentado por um afluxo de verbas essencialmente orientado para a preservação e valorização patrimonial, com crescente desinteresse pela pesquisa. O ocaso da arqueologia comercial cruza-se com o estrangulamento das bases institucionais da pesquisa: ensino superior, museus, centros de pesquisa e associações. Propõe-se uma agenda para repensar e relembrar para que pode servir a arqueologia, para além do apoio à gestão patrimonial: a dimensão temporal, os métodos de reconstrução espacial, a integração entre geociências e humanidades, a orientação para a cultura material, a inserção de jovens na *praxis* da ciência, ...

Palavras-chave: Arqueologia, Gestão, Território, Património, Ciência.

ABSTRACT

The model on which archaeology grew, in Portugal and some other countries, in the last two decades, was fed by a flow of funds mainly oriented towards heritage preservation and valorisation, with growing lack of interest on research. The fading of commercial archaeology interacts with the strangling of the institutional basis of research: higher education, museums, research centres and associations. The paper proposes an agenda to re-think and to remember what may archaeology serve for, beyond heritage management: the time dimension, the methods of spatial reconstruction, the integration between geosciences and humanities, the focus on material culture, the introduction of youth to the *praxis* of science, ...

Keywords: Archaeology, Management, Territory, Heritage, Science.

1. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória, Centro de Geociências da Univ. de Coimbra e Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; loost@ipt.pt

2. Inst. Terra e Memória, Centro de Geociências da Univ. de Coimbra e Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; belaborralheiro@gmail.com

3. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; davedelfino@gmail.com

4. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; cancellero.ignacio@gmail.com

5. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; henrique@mouraoeassociados.com.br

6. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; nclmra@unife.it

7. Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; marrianhelen@gmail.com

8. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; nelsonjalmeida@gmail.com

9. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; prosina@ipt.pt

10. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; rfanastacio@ipt.pt

11. Inst. Terra e Memória, Centro de Geociências da Univ. de Coimbra e Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; opedrocura@gmail.com

12. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória, Centro de Geociências da Univ. de Coimbra e Museu de Arte Pré-Histórica de Mação; osaracurao@gmail.com

13. Inst. Politécnico de Tomar, Inst. Terra e Memória e Centro de Geociências da Univ. de Coimbra; saragarces.rockart@gmail.com

1. O OCASO DE UM MODELO

O modelo sobre o qual a arqueologia cresceu, em Portugal e em alguns outros países, nas últimas duas décadas, foi alimentado por um afluxo de verbas essencialmente orientado para a preservação e valorização patrimonial, com crescente desinteresse pela pesquisa e com a proteção legal dos bens culturais feita essencialmente através do instrumento jurídico da sua classificação e inventariação, e ainda com a finalidade de proteger e valorizar o Património, mas sem ter suficientemente em linha de conta os fatores históricos, sociais e económicos que compõem a identidade cultural num território geográfico, que deveriam contribuir para o desenvolvimento socio-económico regional e local WERLEN, 2017).

Ao mesmo tempo que o ensino superior desses países, de forma ingénuo, “correu atrás do dinheiro” e aceitou uma tecnologização da formação de novas gerações de arqueólogos (na verdade, uma versão, no nosso setor, de um cognitariado com fraca competência crítica), a lógica do mercado foi eliminando a diversidade (onde se abrigava a investigação) e substituindo a lógica da história (a compreensão do comportamento humano no tempo longo e nos espaços amplos) pela lógica memorialista e economicista (reduzida, patrimonialista e, não raro, etnocêntrica e xenófoba) – SAMASSÈKOU, 2016.

Terminado o ciclo dos grandes investimentos públicos, e num quadro fortemente marcado pela degradação das condições de vida, e de acesso ao conhecimento crítico, das classes médias, essa arqueologia tende a desaparecer. Porém, esse ocaso da arqueologia comercial cruza-se com o estrangulamento das bases institucionais da pesquisa (Schwartzman, 2013): ensino superior (cada vez mais fábricas de perfis profissionalizantes desenhados para um mundo que acaba), museus (cada vez mais salas de exposição, com escassa ou nula investigação), centros de pesquisa (cada vez mais limitados a financiamentos de projetos de curto prazo) ou mesmo associações (cada vez mais oscilando entre o abandono e a empresarialização).

Estas tendências não são nacionais e teria sido possível antecipá-las desde, pelo menos, o final da década de 1990, evitando a frustração de gerações de jovens profissionais (CRUZ & OOSTERBEEK, 1997). A ilusão na criação de modelos de inspiração corporativa isolou a comunidade arqueológica e limitou, também por falta de dinamismo próprio, a capita-

lização dos recursos em prol da criação de uma rede institucional resiliente, em Portugal como nos demais países que seguiram essa estratégia (OOSTERBEEK, 2011). Um processo, aliás, que replicou a postura de muitos profissionais no campo das ciências sociais (e que culmina hoje, no plano internacional, na desapareção do Conselho Internacional das Ciências Sociais).

Não se trata de um processo apenas português ou, sequer, europeu. Por exemplo, na última década o boom da arqueologia empresarial no Brasil, proporcionou a criação e o aumento exponencial de cursos de graduação e pós-graduação em arqueologia para responder à procura gerada no mercado do licenciamento cultural, e centenas de profissionais foram inseridos nesse mercado, por sua vez agregado à esfera dos licenciamentos ambientais em geral. Nesse âmbito, um amplo acervo arqueológico (pré-histórico e histórico) foi sendo descoberto e documentado de forma preliminar em pouco tempo, tornando necessário que o país se reestruturasse para implantar medidas cada vez mais detalhadas de proteção do acervo patrimonial, através de metodologias rigorosas e tecnologias avançadas, mas também do envolvimento da sociedade, incluindo o ensaio de uma gestão compartilhada. No entanto, com a crise financeira pela qual passa o Brasil (sem expectativa de melhorias no curto prazo) e o declínio das grandes obras, a manutenção e continuidade dessas medidas estão ameaçadas, gerando desemprego na profissão, bem como a ausência de recursos para as instituições responsáveis pela conservação e pesquisa dos acervos, tornando urgente novas estratégias (RODRIGUES, 2016; CAMPOS, 2015). O que termina de facto, neste processo preocupante à escala internacional, é um modelo neoliberal de gestão da arqueologia, que assumiu a dupla ilusão de que se poderia criar um setor predominantemente privado sem que fosse possível criar um correlato mercado de produtos comerciáveis.

2. PROBLEMAS DA NATUREZA, OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

A arqueologia assistiu, nas últimas décadas, não apenas, ou sequer fundamentalmente, a um crescimento demográfico e de recursos financeiros, mas sobretudo a um desenvolvimento metodológico e técnico sem precedentes. Em todos os domínios, dos estudos de evolução humana à arte rupestre, a

arqueologia acompanhou de forma exemplar a integração disciplinar e tecnológica, num primeiro momento focada nos estudos contextuais de pequena e média escala (muito por influência das perspectivas teóricas dos investigadores envolvidos), mas depois também na discussão dos processos em grandes escalas espaciais e temporais. Esse aprofundamento e diversificação das especialidades da arqueologia foram-na aproximando cada vez mais de uma morfologia de “engenharia” do passado, o que se revelou na proliferação de especialidades técnicas muito detalhadas, e foi possível na base de um grande crescimento do volume de recursos financeiros dedicado a estas pesquisas (boa parte do qual proveniente dos estudos de impacte ambiental), não alheio a uma relação renovada do capitalismo com o património (FUNARI & ROBRHAN-GONZALEZ, 2008).

Três dificuldades não foram suficientemente consideradas na origem desta reorientação, gerando parte dos problemas atuais. Em primeiro lugar, como assegurar uma formação universitária que, acompanhando a formação técnica cada vez mais exigente, mantivesse a capacidade de formar arqueólogos, e não apenas técnicos altamente qualificados sobre processos analíticos, mas desprovidos de meios para os fazer convergir para sínteses interpretativas globais. Em segundo lugar, como assegurar a sustentabilidade financeiro desse modelo, particularmente face a períodos de possível escassez de recursos financeiros na sociedade em geral. Finalmente, como envolver a sociedade nesse processo, e com que objetivo (OOSTERBEEK, 2014a).

2.1. A formação de arqueólogos

A dimensão da formação é sem dúvida a mais relevante, pelo seu impacto duradouro no tempo. Foram, e ainda são, formados milhares de jovens em cursos de primeiro ciclo que, de forma crescente, ou se revelam frágeis no escopo técnico ou são débeis na formação histórica e filosófico-cultural. Em Portugal, e na Europa em geral, esta realidade foi agravada pelo processo de Bolonha, que reduziu a 3 anos o primeiro ciclo de estudos, mas em rigor o problema não se resolveria com apenas quatro, ou mesmo cinco anos de estudos de primeiro ciclo. Diferentes modelos seriam possíveis, eventualmente assumindo que o primeiro ciclo se orientaria para a formação de especialistas de “uma coisa qualquer, relevante para a arqueologia” (nos diferentes domínios básicos das ciências naturais, exatas ou huma-

nas), com um segundo ciclo de pré-especialização num campo particular da arqueologia (de recorte laboratorial ou cultural) – em modelos deste tipo, ambos os ciclos conduziram a perfis profissionais claros, impondo porém que a profissão de “arqueólogo” fosse decomposta em especialidades e níveis (como na engenharia). Porém, o que se foram construindo, em geral, foram primeiros ciclos muito diversos (uns mais técnicos, outros mais teóricos, outros híbridos... e todos ignorando as dificuldades geradas pela atual preparação escolar anterior ao ensino superior), mas formalmente equivalentes. Esta ordem de dificuldades é obviamente compreendida pelos departamentos de ensino (OOSTERBEEK, 2006), que porém são constrangidos a manter uma máquina de formação de primeiro ciclo (com contingentes de ingresso relevantes) devido à pressão dos governos em torno de *ratios* docente/aluno que são insustentáveis. Neste afã, a pressão vai no sentido de “formar para o mercado” e essa tendência, mais tecnológica, tem uma relação direta com a segunda ordem de problemas.

2.2. A sustentabilidade da arqueologia e a criação do mercado arqueológico

A questão da sustentabilidade do crescimento financeiro da arqueologia não foi verdadeiramente considerada no processo. Foi criado um mercado de serviços, associado aos impactes ambientais, garantindo que empresas poderiam ser criadas e progredir graças à imposição desses serviços pelo Estado. Após um primeiro momento de alinhamento estratégico apoiado em relações demasiado íntimas entre empresas e agentes públicos (não necessariamente por má intenção, mas pelo facto de os defensores do modelo de mercado serem, em boa parte, agentes públicos, não existindo ainda empresas do setor), o progressivo recuo do Estado para a função de regulador revelou a dificuldade de juridicamente controlar a qualidade de serviços públicos cujo benefício social não é imediatamente percebido. Os serviços prestados pelo mercado da arqueologia são distintos dos setores produtivos, cujos produtos (da energia ao cultivo de cereais) são diretamente apropriáveis, em maior ou menor quantidade, pelos cidadãos. São, igualmente, distintos dos serviços socioambientais, dado que estes ou correspondem a necessidades de sobrevivência (como a saúde ou a alimentação), ou a necessidades de inserção social (como a educação ou os serviços administrativos),

ou podem pelo menos ser passivamente apropriados por todos os cidadãos, como os que resultam dos estudos de impacto ambiental, pois por um lado geram um benefício ecológico com impacto direto sobre todos no plano individual (qualidade da água e do ar, biodiversidade) e por permitem que cada um se aproprie em parte dos bens gerados (a água que se bebe, o ar que se respira, as aves que se observa a sobrevoar um território...).

Os bens arqueológicos, ao não serem apropriáveis no plano individual (realidade proibida em termos legais, exceto em casos muito excepcionais) impede que se possa considerar o mercado da arqueologia como equivalente a qualquer dos demais existentes. Não é possível a um cidadão vir a ser legalmente detentor de objetos provenientes de uma escavação arqueológica, mas também não é possível uma apropriação passiva desses bens se não houver uma educação específica para os converter em necessidade, contrariamente ao que ocorre com a água ou ar, e em geral ao que no Brasil, em termos jurídicos, se designa por “bens difusos”, nem públicos nem privados (MOURÃO, 2009). Ainda que se possa considerar os bens arqueológicos como bens difusos, eles só podem ser apropriados cognitivamente e não apenas sensorialmente.

O mercado da arqueologia foi criado em Portugal de forma estruturada apenas com o estabelecimento do Instituto Português de Arqueologia no final da década de 1990, e em diversos outros países também entre essa década e o início da seguinte. Ele poderia configurar, pelas razões apontadas acima, a forma de um mercado reservado e articulado com os tributos do Estado para fins de interesse nacional mas não necessariamente social (como no caso do mercado das armas), não sendo evidentemente essa a intenção da sua criação. Na ausência de uma reflexão prévia sobre esta dificuldade (falta de reflexão prospetiva comum a grande parte das propostas neoliberais), porém, foram emergindo vetores que suscitavam adequado interesse da sociedade.

Entre esses vetores, assumiram especial relevo três: o turismo (e com ele o Património, acompanhando uma deriva global que conhece hoje o clímax da negação da história racional em favor da memória), o fascínio das técnicas (a absorção da arqueologia pelo foco pragmatista da verdade revelada em laboratórios, reduzindo o espaço da pluralidade de perspectivas em favor do pensamento único condensado em provetas) e o envolvimento não da sociedade mas

com as “causas sociais” (fragmentando a unidade humana do conhecimento arqueológico em produções de histórias locais substantivas de reivindicações particulares). Sendo importantes e válidas as dimensões económica (associada ao turismo), e social (associada à valorização das técnicas e à relevância dos patrimónios para as comunidades), o facto de a arqueologia de mercado ter sido cada vez mais vinculada a esses vetores pragmáticos (consequência do quadro neoliberal de que emergiu, ainda que não de forma consciente), reduziu ao mesmo tempo a visibilidade e interesse de uma arqueologia valorizadora da dúvida, da reflexão crítica, da argumentação (neste caso, processo potenciado pela lógica de afirmação do conhecimento essencialmente por artigos e não por obras de maior fôlego).

Para além das consequências perversas, no plano cognitivo, de um orçamento da arqueologia essencialmente apoiado no mercado, não foi suficientemente prevista a sustentabilidade em período de recessão económica, como aquele em que de forma clara se entraria antes do final da primeira década do presente século. Num contexto nacional, mas também europeu e mundial, de severos cortes na despesa pública, enquanto noutros setores (com mais direta dimensão de imprescindibilidade social, como as atividades produtivas ou os serviços antes referidos) a resposta neoliberal reforçou o setor privado, transferindo para ele os recursos e potenciando um maior fosso social, no domínio da arqueologia essa mesma resposta precipitou o quase colapso total do setor privado e de grande parte das atividades arqueológicas (o que de certa forma evidenciou o erro das estratégias neoliberais para a arqueologia da fase anterior, de que é exemplo a errática e ilusória estratégia de criar a Fundação Côa, gerando crescente dificuldades à pesquisa e proteção do complexo arqueológico). O que reemergiu neste ciclo foram por um lado os centros de pesquisa e, por outro, ou empresas fortemente ligadas a alguns desses centros, ou empresas especializadas em serviços de elevada complexidade tecnológica (que conquistam nichos de um mercado pago em grande medida por recursos da ciência, mas justificado pela permanente inovação tecnológica que equipas tematicamente mais diversas não conseguem acompanhar, designadamente no plano dos investimentos em equipamento e software) ou empresas claramente ancoradas na lógica do património e da memória (incluindo a construção de museus por vezes desprovidos de coleções). O que

não reemergiu, embora tivesse sido muito forte e relevante no passado, foram as associações e estruturas similares da sociedade civil, restando uma arqueologia profissional pauperizada, que se teria podido antecipar (OOSTERBEEK, 2003).

A maior perda, porém, foi o enfraquecimento da base institucional da arqueologia, devido ao desinvestimento público nos centros de pesquisa e formação (que acompanhou a emergência do chamado “mercado do ensino superior”) e da referida fraca resiliência dos seus substitutos privados. A transformação de grande parte da atividade arqueológica em prestações de serviços no âmbito de ciclos de curto prazo (projetos de impacto ambiental, mas também o financiamento quase exclusivamente por projetos, em que os “overheads” tendem a alimentar máquinas burocráticas mas não a capacidades institucional dos centros – mais uma vez uma realidade muito mais ampla do que a arqueologia ou um país, que afeta a generalidade da Europa e a maioria dos países) diminuiu a capacidade de manter programas estáveis de pesquisa com duração média (5 a 10 anos) ou superior (sendo dominante o ciclo de 3 anos, como se verifica na maioria das bolsas de pesquisa e formação avançada). Certamente com exceções importantes (a lógica de afirmação de alguns grandes centros na Europa, mas nenhum em Portugal), mas globalmente invertendo a tendência de crescimento que arqueologia vinha registando desde a década de 1950. Problemas como a limitação de tempo para a realização das pesquisas, as limitações seletivas de orçamento associadas ao custo crescente das infraestruturas, a pauperização dos profissionais, o consumo crescente de tempo útil no cumprimento de tarefas burocráticas e repetitivas, a acumulação crescente de acervos não estudados ou meramente objeto de relatórios preliminares, os problemas agravados da sua conservação... são componentes articuladas da tendência atual e de um modelo que assumiu o mercado como seu principal motor de crescimento e sustentação.

2.3. Arqueologia e sociedade

Naturalmente, um fator crucial da sustentabilidade, o interesse da população, foi sendo considerado desde cedo, sendo o único dos três grandes problemas que referimos acima a ter merecido extensa reflexão e publicação. O Brasil terá sido o precursor de uma nova abordagem à relação com a sociedade, ao impor, desde 2002, a obrigatoriedade de “educação

patrimonial” no âmbito dos trabalhos arqueológicos (BASTOS, SOUZA & GALLO, 2005). Portugal também viria a assumir esta perspectiva, ainda que mais tarde e de forma mais mitigada. Porém, na ausência de uma estratégia integrada de gestão dessa educação patrimonial (o que implicaria a sua articulação permanente com o ensino, saindo dos ghettos dos serviços e tutelas da cultura), ela foi, em grande medida, implementada como uma obrigação exterior ao processo normal de educação na sociedade e percecionada mais como obrigação (para os arqueólogos e para os beneficiários de tais ações) e menos como uma necessidade socialmente útil.

Existem certamente inúmeros bons exemplos contrários ao que afirmamos. Desde a década de 1990 que se foram desenvolvendo experiências de educação integrada com base na arqueologia, de que são exemplos o programa Andakatu desenvolvido pelo Museu de Arte Pré-Histórica de Mação em Portugal (MATIAS, OOSTERBEEK *et al.* 2011; CURA, S., CURA, P.& OOSTERBEEK, L. 2008) e o projeto Pró-Artes desenvolvido na Serra da Capivara no Brasil (IGNÁCIO, 2017). São conhecidas experiências museológicas interessantes, como alguns parques arqueológicos e arqueodromos na Europa. Mais recentemente, ao mesmo tempo que os Museus se abriam a públicos não tradicionais, envolvendo cruzamentos interdisciplinares, por exemplo com as artes (e o Museu Nacional de Arqueologia é um exemplo disso), alguns ensaios de eventos massivos têm sido estruturados (de que, em Portugal, a *Festa da Arqueologia* promovida pela AAP é o principal exemplo). Mas tal não impede que tenham permanecido exceções e não a regra dominante (e apenas por isso sejam recorrentemente tão elogiados e mencionados).

Ao mesmo tempo, se houve muita reflexão sobre “como fazer educação patrimonial”, foi muito escassa a reflexão crítica sobre “para quê” fazê-lo, para além de um reconhecimento, certamente adequado mas insuficiente, do direito a esse conhecimento e da obrigação ética dos arqueólogos.

Num planeta em que o ensino das humanidades é colocado em questão em diversos países, e em que a defesa desses campos de saber passa cada vez mais por construir uma estratégia conjunta e não pela afirmação corporativa de especialidades (história, arqueologia, antropologia, linguística e literatura, arqueologia, etc.), não nos parece que tenha futuro uma estratégia essencialmente apostada na educação patrimonial, ainda que esta possa ser uma com-

ponente útil de um novo rumo. Da mesma forma, pelas razões antes aduzidas sobre as contradições intrínsecas do modelo neoliberal de mercado de arqueologia, não cremos que a sustentabilidade da arqueologia passe essencialmente por esse caminho, ainda que debates atuais sobre possíveis novos quadros jurídicos internacionais sobre a apropriação de bens arqueológicos possam vir a relançar a dimensão privada da arqueologia (OOSTERBEEK, SOARES & CERZER, 2013). Finalmente, com a generalização de uma estrutura de formação superior com um primeiro ciclo de estudos generalistas (grandes áreas básicas) ou formação profissionalizante (técnicas), não nos parece que o modelo dominante de formação que assume esse primeiro ciclo como essencial, contra a realidade dominante dos demais países, possa durar muito mais tempo nos países que o adotaram de forma plena (como Portugal) ou hesitante (como o Brasil).

Importa, sobre esta base, pensar como preparar um quadro coerente, academicamente sólido, sustentável e socialmente relevante, para a arqueologia das próximas décadas. Num cenário global de incertezas, não é possível antever qual será a realidade num horizonte de dez anos, mas é possível compreender que não será o regresso à arqueologia da década de 1980 (o quadro disciplinar e multidisciplinar da arqueologia atual não o permite), nem a continuidade do modelo de mercado (que se arrasta num ocaseo lento e doloroso, mas irreversível). Mas é possível acordar no que se pretende em termos da área de conhecimento, e implementar estratégias nessa direção. Tal implica repensar para que serve a arqueologia na sociedade (OOSTERBEEK, 2011).

3. REPENSAR A FUNÇÃO SOCIAL DA ARQUEOLOGIA

Importa agora, quando ainda existem alguns recursos financeiros, repensar, e em larga medida relembrar, para que pode servir a arqueologia, para além do apoio à gestão patrimonial. Falamos, neste campo, de compreensão da dimensão temporal que lhe é específica, dos métodos rigorosos de reconstrução espacial, da integração que propicia entre geociências e humanidades, da incorporação especificamente orientada para a cultura material de quadros de referência da antropologia ou da tecnologia, da ocasião rara de promover a inserção de jovens na *praxis* da ciência em trabalhos de campo e de labo-

ratório, . . . mas falamos também da recolocação de problemáticas que importa discutir abertamente, como a didática integrada das artes e ciências através da experimentação, a ineficiente legislação aplicada ao tráfico de bens arqueológicos, a relação com a inovação tecnológica, ou a estruturação de novos quadros de referência de gestão territorial.

Uma primeira dimensão a considerar é a do contributo da arqueologia na estruturação da noção de tempo (BAILEY, 2007). A compressão e presentificação do tempo, que diminuiu drasticamente a competência de enquadrar os eventos numa escala temporal longa, resulta de diferentes processos, como a aceleração das transformações tecnológicas, a digitalização ou a redução do ensino das disciplinas históricas no ensino pré-universitário. Essa compressão do tempo não permite a grande parte da sociedade encetar exercícios de prospetiva, ou refletir de forma aprofundada sobre as consequências de ações presentes no futuro. Mesmo quando certas temáticas parecem ser compreendidas (como a noção de evolução humana ou a sensibilidade às modificações ambientais), trata-se de saberes não raro superficiais e decorrentes de mecanismos de informação e propaganda sistemáticos, e não tanto de conclusões decorrentes de raciocínios próprios complexos (o que explica a sua rápida reversão, como hoje ocorre, em muitos países, a respeito da evolução humana). A compressão do tempo também não permite compreender os diversos processos adaptativos no passado, para além de algum fascínio mediático por certas temáticas como a arte rupestre ou as origens da humanidade, vinculadas a uma sobrevivência dos gostos pelo exótico e a uma ilusão identitária. A perda de noção da complexidade dos processos históricos agrava as dificuldades de prospetiva e compreensão da dinâmica das contradições socioculturais, mas de uma forma mais ampla o enfraquecimento da noção de tempo longo acarreta a inacessibilidade de muitas temáticas da arqueologia. São exemplos de temáticas nucleares de pesquisa não compreensíveis fora do tempo longo: as primeiras ocupações humanas; a origem, contextos e significado da arte rupestre; as tecnologias pré-históricas; os sistemas de organização dos habitats e modelos de povoamento; as recorrências e tradições; as formas de identificação e transformação de matérias-primas; as adaptações ao clima e às modificações ambientais; as relações entre geologia, ambiente e comportamento humano, . . .

Neste contexto, a praxis da arqueologia, enquanto atividade que pode e deve envolver não profissionais em diferentes etapas da sua atividade de pesquisa, permite alargar a noção de tempo e aprofundar temáticas como a origem e evolução da espécie das suas manifestações adaptativas e comportamentais, de forma reflexiva.

Uma segunda dimensão de potencial impacto social da arqueologia concerne a dimensão do espaço e a relação entre territórios.

Existe uma forte interligação entre Gestão do Território, Património Cultural e Arqueologia. Sendo objeto da Arqueologia o estudo do espaço como matriz de relações entre objetos e materialidades, sendo aceite como estável a sua posição espacial e a distribuição (variabilidade) das suas propriedades num sistema euclidiano, existe uma convergência clara entre as metodologias de análise territorial em arqueologia, que privilegiam o espaço e abordam o tempo a partir do registo das descontinuidades, e as metodologias de gestão do território, que ultrapassam dicotomias conceptuais sem as cancelar, mas integrando-as de forma dialética (ANASTÁCIO, OOSTERBEEK & ROSINA, 2015).

Num quadro de enfraquecimento crescente das noções de espaço, tempo e causa, produto da alienação dos processos produtivos exponencialmente acelerada pela digitalização, a arqueologia apoia-se num processo cognitivo centrado na tangibilidade do espaço euclidiano, ao mesmo tempo que incorpora a discussão sobre a construção do espaço não apenas a partir de dados fisiográficos mas evidenciando relações complexas (arqueologia da paisagem). Nesse sentido, a *praxis* da arqueologia aproxima-se da nova geografia e ajuda a compreender como processos similares operam de formas distintas em escalas distintas, conhecimento especialmente importante na sociedade atual, em que a velocidade de transportes e comunicações tende a comprimir a percepção da relação espaço-tempo.

Desta forma, a arqueologia explicita a importância do cruzamento das metodologias apoiadas na probabilidade, que prevalecem nas ciências, e das metodologias apoiadas na comparação, que prevalecem nas humanidades, não absolutizando nem umas nem outras, e dessa forma credibilizando o raciocínio científico (cada vez mais posto em causa, com graves consequências para a sociedade).

Por outro lado, a *praxis* da arqueologia ajuda a controlar a tangibilidade no espaço e na produção de

materialidades, sendo o espaço a principal dimensão dos estudos de base arqueológica sobre o passado. A importância da arqueologia decorre da sua afirmação como disciplina do tangível (OOSTERBEEK, 2004), que deve explicar o comportamento humano com base em dados materiais, mas que se estrutura interpretando esses dados através de metodologias da história e da antropologia, ultrapassando a estéril descrição de contextos e achados (arqueografia) através de sínteses complexas, sem se reduzir a uma narrativa desconectada de qualquer realidade tangível.

Uma terceira contribuição social da arqueologia decorre da sua relação com as tecnologias digitais, e a permanente vinculação entre estas e as materialidades. Neste domínio, a arqueologia é irreduzível à dimensão puramente digital, ainda que utilize amplamente os avanços tecnológicos neste domínio. Por essa razão, não são museus de arqueologia os que se reduzem à projeção de imagens e a cenografias de base digital. Uma preocupação essencial é de como incorporar as tecnologias digitais na museografia arqueológica, reforçando a compreensão da tangibilidade. Processos orientados para a valorização não apenas de artefactos (materiais) mas dos seus contextos (representados virtualmente), contribuem nesse sentido. O papel educativo das peças arqueológicas, passa também pela sua manipulação, sendo que as tecnologias digitais podem permitir a manipulação realizando modelos 3D que replicam originais, mas a experimentação permite compreender as cadeias operatórias e reforçar a noção de causalidade no espaço e no tempo. Ao mesmo tempo, a incorporação das tecnologias digitais permite “alcançar o inalcançável”, possibilitando o contato tangível com réplicas de objetos especialmente frágeis ou raros. Um exemplo claro desta combinação de técnicas e conceitos é a construção de Lascaux IV, uma grandiosa concepção tecnológica apoiada no rigor da investigação, que transporta o visitante para o mais íntimo dos detalhes da história da descoberta da caverna, das suas pinturas e até o incorpora, através de dispositivos 3D na própria escavação da gruta, tropeçando nas peças que se espalham pelo chão, como se elas realmente ali estivessem.

Uma quarta dimensão de impacto social da arqueologia é a esfera do ensino, promovendo a integração multidisciplinar e a *praxis* da ciência em torno de materiais e contextos arqueológicos, e das técnicas para o seu resgate e interpretação. Neste con-

texto, a arqueologia pode ser um instrumento de ensino integrado de diferentes disciplinas. Como refere Sônia Florêncio, “No que se refere à prática educativa, é preciso considerar o patrimônio cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Além disso, é preciso incentivar o envolvimento das instituições que atuam nos processos educacionais, formais e não formais, no campo da Educação Patrimonial”. (FLORÊNCIO, p. 26, 2012).

Segundo Grunberg (2000) os bens culturais refletem a organização social, política e econômica da sociedade, o que permite recompor os grupos sociais que compunham aquela cultura. Independentemente da sua categoria, esses bens testemunham momentos históricos de uma determinada classe social, possibilitando assim, um leque de informações a serem captadas, ou seja, uma experiência concreta de evocação do passado, conferindo sentido à importância de guardar e preservar esses registros. A prática de ensino envolvendo os bens culturais, principalmente, aqueles que fazem parte do cotidiano da comunidade contemplada, é uma metodologia fecunda neste sentido.

São exemplos os projetos Pró-Arte e EPA, no Brasil. O Projeto EPA é a construção formativa em Educação Patrimonial, tendo como base uma amostra das comunidades dos municípios que contemplam bens classificados, registados e significativos do Estado do Piauí com o envolvimento do público-alvo nas ações educativas desenvolvidas pelo/no projeto (IGNÁCIO, 2017). O projeto Pró-arte FUMDHAM teve seu início em 2001 com jovens e crianças de pequenas comunidades da área envolvente do Parque Nacional Serra da Capivara e foi composto de três programas correlacionados: dança, música e artes visuais. Era seu objetivo, na prática cotidiana dos jovens e crianças, ajudá-los a transformar os seus potenciais em competências (BUCO, 2014). Desde 2002, com parceria do Instituto Ayrton Senna, o foco foi promover mudanças sociais através da realização de atividades baseadas na teoria dos quatro pilares da educação, desenvolvida pela UNESCO. O projeto pedagógico envolveu as comunidades numa dinâmica de conhecimento do complexo de arte rupestre e arqueologia do Parque nacional (Patrimônio Mundial da Humanidade) contribuindo para a formação das novas gerações.

Uma quinta dimensão, pouco discutida, relaciona-se com a relação entre conhecimento, apropriação intelectual, tangibilidade e propriedade, na construção de uma valorização das materialidades como referentes do comportamento. Os vestígios arqueológicos, pela singularidade de serem majoritariamente desprovidos de significativo valor fora dos seus contextos, requerem uma compreensão que convoca sistematicamente duas esferas: uma eminentemente técnica e tangível (tecnologias antigas) e outra fundamentalmente narrativa e intangível (interpretações de funcionalidade e significado). São, por isso, especialmente adequados a uma didática da relação de interdependência entre essas esferas, especialmente importante no atual contexto da sociedade digital, que, como referimos, tende a dissolver as competências cognitivas nesse domínio.

Porém, contrariamente a outros vestígios e testemunhos materiais, como os livros, as obras de arte ou o mobiliário de época, escapam à esfera da propriedade privada (a não ser que tenham sido incorporados no passado ou de forma ilegal). A questão que se coloca neste contexto é a de saber se a manipulação física dos objetos e a sua apropriação privada é relevante, ou não, para uma valorização cultural dos mesmos. Esse é um tema que tem sido discutido em termos internacionais, sendo que nos parece que o bloqueio ao convívio cotidiano com os objetos arqueológicos, apenas plenamente possível quando os mesmos são parte integrante do espaço doméstico, constitui um poderoso fator do desinteresse pelo investimento social em arqueologia, quando comparado com as artes. Deve, aliás, registrar-se que esse desinteresse contraria uma evidente atratividade da arqueologia enquanto prática (sobretudo entre os mais jovens, precisamente porque aí podem estabelecer uma relação tangível com o passado) e das notícias sobre grandes achados arqueológicos (arte rupestre, fósseis humanos, etc. – ainda que, neste caso, a relação tenda a ser mais superficial e limitada a um exercício de afirmação identitária). Trata-se de um tema complexo, que em alguns contextos jurídicos se tenta contornar através de categorias híbridas como a de “bens difusos” (que, no ordenamento jurídico brasileiro, se reportam a bens que não podem ser privatizados mas são consumíveis individualmente, como o ar).

Finalmente, uma dimensão da arqueologia que pensamos ter grande relevância para a sociedade é a potencial utilização combinadas dos métodos de análise

se espacial e de arqueologia experimental, na gestão e governança dos territórios. A arqueologia, como refere François Djindjian (2010), é uma especialidade que estuda e explica a extinção de culturas e civilizações, documentando a articulação entre os seus constrangimentos externos e as suas dinâmicas internas. Nesse sentido, ao combinar métodos de diversas disciplinas para o estudo de contextos espaciais no passado, a arqueologia propõe um exercício analítico que, a ser correto (como certamente pensamos que é) pode ser aplicado às sociedades contemporâneas. Essa tem sido uma das nossas linhas e pesquisa, que originou a criação de uma parceria estratégica de gestão territorial e, mais recentemente, de uma associação internacional de investigação nesse domínio (www.aphelaiaproject.org). Têm aqui especial relevância os instrumentos de tecnologias de informação geográfica, nomeadamente os sistemas de informação geográfica, nomeadamente quando se cruzam com séries temporais.

Com efeito, as tecnologias de informação geográfica, nomeadamente os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são instrumentos tecnológicos ao serviço da gestão do património e do território, utilizados para efetuar análises geográficas de uma forma integrada, possibilitando a combinação dos seus elementos geográficos constituintes e a informação que se deseje associar aos mesmos (ANASTÁCIO, 2012). Através deles é possível caracterizar morfológicamente o território e dispor de inventários atualizados que proporcionam uma gestão racional dos recursos culturais, por meio de processos interativos que permitem simular alternativas de evolução e de intervenção territorial. Assim, os SIG constituem um importante mecanismo de valorização e defesa do património, podendo colocar estes no centro de estratégias de desenvolvimento territorial (enquanto núcleo de saberes e de identidade), pois permitem o aumento do rigor e a qualidade da informação geográfica, se forem respeitadas as metodologias e técnicas subjacentes à ciência da informação geográfica (ANASTÁCIO *et al*, 2015). A integração de diversas áreas do conhecimento e de diversas abordagens metodológicas permitem relacionar os recursos culturais com o uso do solo e segundo (ZOCHE *et al*, 2012) definir o seu grau de ameaça da sua integridade e estabelecer um regime de proteção com objetivo da sua sustentabilidade cultural.

A articulação entre a Gestão do Património e a Gestão do Território na lógica da gestão prospetiva dos

recursos culturais (FERNANDES *et al*, 2014), só é verdadeiramente eficaz se toda a base geográfica de construção do conhecimento estiver baseada em projetos SIG, pois estes constituem um importante suporte na medida em que permitem a gestão das interações entre, os espaços físicos, as atividades humanas e o uso sustentado dos recursos existentes. A arqueologia, por ter um interesse sobre um número muito elevado de dados espaciais e por os projetar no tempo, pode contribuir para a densificação da compreensão dos recursos dos territórios, dessa forma potenciando a sua valorização global, ao mesmo tempo que pode estruturar modelos de gestão global e de governança (OOSTERBEEK, 2014b).

4. COMENTÁRIO FINAL

Como referem Cristina Ortega e Isabel Peris (2013), a gestão cultural, na qual se inscreve de forma relevante a arqueologia, está a colocar novos desafios às políticas culturais e a abrir novos nichos de pesquisa temática. Pensamos que essa realidade é especialmente relevante para a arqueologia, devido à natureza multidisciplinar que possui e ao facto de se apoiar numa *praxis* que, se aberta ao envolvimento da sociedade (não apenas em termos de fruição de resultados mas de construção de conhecimento), poderá abrir novos e amplos campos de atuação, mais sustentáveis do que as ações de salvamento patrimonial associadas a grandes obras ou ao turismo, dado que estas são muito dependentes dos ciclos de crescimento económico que tenderão a ser cada vez menores e mais curtos.

Naturalmente, tal não significa o abandono de nenhuma das dimensões do trabalho arqueológico já reconhecidas e implementadas, e sobretudo implica que o principal interesse, e fundamento de qualquer outra atividade arqueológica, é a construção de conhecimento sobre o passado na base do estudo das materialidades que dele se resgatam.

Um programa para uma arqueologia sustentável, em Portugal e noutros países, implica, como noutros domínios do saber, a compreensão e valorização pela sociedade dessa atividade. É fundamental não considerar nada como garantido, nem nenhuma estrutura institucional como impossível de ser posta em causa, como se pode verificar na história recente em Portugal.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação para a Ciência e Tecnologia o apoio à pesquisa no âmbito das origens da agricultura no vale do Tejo (projeto “Moving Tasks Accross Shapes” – PTDC/EPH-ARQ/4356/2014), bem como o apoio aos trabalhos de pesquisa em gestão territorial do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (projeto estratégico UID/Multi/00073/2013).

BIBLIOGRAFIA

ANASTÁCIO, Rita (2012) – Instrumentos de Gestão Integrada do Território. In SCHEUNEMANN, Ingelore; OOSTERBEEK, Luiz, eds. *Integrated Landscape Management: economy, society, environment and culture*. Rio de Janeiro: IBIO, pp. 241-252.

ANASTÁCIO, Rita; OOSTERBEEK, Luiz; ROSINA, Pierluigi (2015) – Gestão integrada do território e do património: a importância dos sistemas de informação geográfica. *Revista SÊMATA, Ciências Sociais e Humanidades*. Santiago de Compostela. Vol. 27, pp. 187-197.

BAILEY, Geoff (2007) – Time perspectives, palimpsests and the archaeology of time. *Journal of Anthropological Archaeology*. Volume 26, Issue 2, pp. 198-223.

BASTOS, Rossano; SOUZA, Marise e GALLO, H. (2005) – *Normas e gerenciamento do património arqueológico*. São Paulo: IPHAN/9^{SR}.

BUCO, Cristiane (2014) – O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação. *Revista ALTER IBI*. Lisboa. Vol. 1(1), pp. 34-45.

CAMPOS, Juliano Bitencourt (2015) – *Arqueologia entre rios e a gestão integrada do território no extremo sul de Santa Catarina – Brasil*. Tese (Doutoramento em Quaternário, Materiais e Cultura). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

CRUZ, Ana R.; OOSTERBEEK, Luiz coord. (1997) – *1^o Colóquio de Gestão do Património Arqueológico – perspectivas em diálogo*, Tomar, série ARKEOS, vol.1, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.

CURA, S., CURA, P., OOSTERBEEK, L. (2008) – Projecto Andakatu: Didáctica da Pré-História através da Experimentação in Arqueologia Experimental – recriações do passado em ritmos do nosso tempo. In: *Actas das Sessões do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional*, vol 4. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Côa, pp.54-59.

DJINDJIAN, F. (2010) – Le rôle de l’archéologue dans la société contemporaine. IN: *Revue Diogène*, vol. 229-230, pp. 78-90.

FERNANDES, Delfim; ALONSO, Joaquim; JULIÃO, Rui Pedro; LOURENÇO, Júlia; RAMOS, Rui (2014) – O uso de SIG no Património Cultural: O caso do Alto Douro Vinhateiro. *Revista Engenharia Civil*. Braga. Nº48, pp. 7-21.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim (2012) – Educação Patrimonial: um processo de mediação. In TOLENTINO, Átila Bezerra, org. *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, pp. 22-29.

FUNARI, Pedro Paulo; ROBRHAN-GONZALEZ, Erika (2008) – Ethics, Capitalism and Public Archaeology in Brazil. *História* (São Paulo, UNESP), v.27, n.2, p.13-30.

GRUNBERG, Evelina (2000) – *Educação Patrimonial: Utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. Chapecó, SC: Cadernos do CEOM, Argos, nº 12, pp. 159-180.

IGNACIO, Elaine (2017) – Knowledge in Construction – EPA Project. In OOSTERBEEK, Luiz; WERLEN, Benno; CARON, Laurent, eds. *Sociocultural matrices. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management*. Vol. III. Mação: Instituto Terra e Memória, série ARKEOS, vol. 40, pp. 109-110.

MATIAS, Carlos P.; OOSTERBEEK, Luiz; CURA, Pedro et al. (2011) – Andakatu: educação patrimonial interactiva. IN: *Revista Tecnologia e Ambiente, Dossiê Arqueologia, Ambiente e Património*, v. 17, pp. 26-37.

MOURÃO, Henrique Augusto (2009) – *Património cultural como um bem difuso: o Direito Ambiental brasileiro e a defesa dos interesses coletivos por organizações não governamentais*. Belo Horizonte: Del Rey.

OOSTERBEEK, Luiz (2003) – Que futuro para as arqueologias profissionais?, IN: Carneiro, S. (coord.), *Nos 10 anos da APA - Que futuro para a arqueologia profissional?*, Porto, associação Profissional de Arqueólogos, pp. 3-12.

OOSTERBEEK, Luiz (2004) – Arqueologia Pré-Histórica: entre a cultura material e o património intangível. IN: *Cadernos do LEPAARQ*, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, vol.I, nº 1, pp.41-54.

OOSTERBEEK, Luiz (2011) – Is There a Role for the Humanities in Face of the Global Warming and Social Crisis? IN: *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 14, pp. 97-103.

OOSTERBEEK, Luiz (2011) – Um Século e Meio de Conflitos na Arqueologia Preventiva em Portugal: entre o dever e o esquecimento. *Area Fomaniu*. Mação, Vol. 4, pp. 35-56.

OOSTERBEEK, Luiz (2014a) – Changing the gestures of the eyes to invent new landscapes. In: Oosterbeek, L.; Pollice, F. *Cultural heritage and local development. Local communities through heritage awareness and global understanding*. Ravello: appendix to *Territori della Cultura n. 18*, pp. 108-117.

OOSTERBEEK, Luiz (2014b). Gestão Integrada de Território em Morro do Pilar: uma nova visão para o uso inte-

ligente do território. IN: Oliveira, L.C. (coord.) *Morro do Pilar: cultura, memória, sustentabilidade e a antecipação do futuro*. Morro do Pilar: Instituto do Espinhaço, pp. 288-313.

OOSTERBEEK, Luiz. (2006) – O Ensino Superior e as Empresas de Arqueologia: uma relação imprescindível, IN: *Era-Arqueologia*, vol. 7, pp.6-14.

OOSTERBEEK, Luiz; SOARES, André; CEREZER, Jedson (2013) – Arqueologia Experimental e Direitos de Propriedade. IN: Preve, D.R.; Engelmann Filho, A.; Campos, J.B. (eds.), *Patrimônio Cultural, Direito e Cidadania*. Erechim: Ed. Habilis, pp.143-154

ORTEGA, Cristina; PERIS, Isabel (2013) – Novos Desafios para a Investigação Sobre Cultura: Prioridades de investigação no domínio Cultural da EU. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. Lisboa. Vol. 1(2), pp. 48-70.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes (2016) – *A arqueologia colaborativa no tratamento de acervos patrimoniais para a sustentabilidade cultural das comunidades no Brasil: teoria e estudos de caso*. Tese (Doutoramento em Quaternário, Materiais e Cultura). Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SAMASSÉKOU, Adama (2016) – Humanitude, an African perspective in a globalizing world. In: Oosterbeek, Luiz; Quagliuolo, Maurizio; Caron, Laurent. *Sustainability Dilemmas. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management*. Mação: ITM, ARKEOS series vol. 39-40, pp. 71-84.

SCHWARTZMAN, R. (2013) – Consequences of commodifying education. *Academic Exchange Quarterly*, 17(3), 41-46.

WERLEN, Benno (2017) – Action, Knowledge, and Social Relations of Space. In: P. Meusbürger *et al.* (eds.), *Knowledge and Action*, Knowledge and Space 9. Springer: pp. 31-56.

ZOCCHÉ, Jairo; CAMPOS, Juliano; SCARPATO, P.; MARCOMIN, F. (2012) – Ecologia de Paisagem: bases teórico-metodológicas para o gerenciamento territorial. In OOSTERBEEK, Luiz; CEREZER, Jedson; CAMPOS, Juliano, ZOCCHÉ, Jairo, eds. *Arqueologia Iberoamericana e Arte Rupestre*. Tomar: CEIPHAR, série ARKEOS. Vol. 32, pp. 17-28.

